

VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VOLUME 12



SANTIAGO DE COMPOSTELA
2009

A AIL – Associação Internacional de Lusitanistas tem por finalidade o fomento dos estudos de língua, literatura e cultura dos países de língua portuguesa. Organiza congressos trienais dos sócios e participantes interessados, bem como co-patrocina eventos científicos em escala local. Publica a revista *Veredas* e colabora com instituições nacionais e internacionais vinculadas à lusofonia. A sua sede localiza-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Portugal, e seus órgãos directivos são a Assembleia Geral dos sócios, um Conselho Directivo e um Conselho Fiscal, com mandato de três anos. O seu património é formado pelas quotas dos associados e subsídios, doações e patrocínios de entidades nacionais ou estrangeiras, públicas, privadas ou cooperativas. Podem ser membros da AIL docentes universitários, pesquisadores e estudiosos aceites pelo Conselho Directivo e cuja admissão seja ratificada pela Assembleia Geral.

Conselho Directivo

Presidente: Elias Torres Feijó, Univ. de Santiago de Compostela
eliasjose.torres@usc.es

1.ª Vice-Presidente: Cristina Robalo Cordeiro, Univ. de Coimbra
cristinacordeiro@hotmail.com

2.ª Vice-Presidente: Regina Zilberman, UFRGS; FAPA; CNPQ
regina.zilberman@gmail.com

Secretária-Geral: M. Carmen Villarino Pardo
carmen.villarino@usc.es

Vogais: Anna Maria Kalewska (Univ. de Varsóvia); Benjamin Abdala Junior (Univ. São Paulo); Claudius Armbruster (Univ. Colónia); Helena Rebelo (Univ. da Madeira); Mirella Márcia Longo Vieira de Lima (Univ. Federal da Bahia); Onésimo Teotónio de Almeida (Univ. Brown); Petar Petrov (Univ. Algarve); Raquel Bello Vázquez (Univ. Santiago de Compostela); Sebastião Tavares de Pinho (Univ. Coimbra); Teresa Cristina Cerdeira da Silva (Univ. Fed. do Rio de Janeiro); Thomas Earle (Univ. Oxford).

Conselho Fiscal

Fátima Viegas Brauer-Figueiredo (Univ. Hamburgo); Isabel Pires de Lima (Univ. Porto); Laura Calcavante Padilha (Univ. Fed. Fluminense).

Associe-se pela *homepage* da

AIL: www.lusitanistasail.net

Informações pelos *e-mails*:

ailusit@ci.uc.pt

Veredas

Revista de publicação semestral

Volume 12 – Dezembro de 2009

Diretor:

Elias J. Torres Feijó

Diretora Executiva:

Raquel Bello Vázquez

Conselho Redatorial:

Aníbal Pinto de Castro, Axel Schönberger, Cleonice Berardinelli, Fernando Gil, Francisco Bethencourt, Helder Macedo, J. Romero de Magalhães, Jorge Couto, Maria Alzira Seixo, Marie-Hélène Piwnick, Ria Lemaire. Por inerência: Anna Maria Kalewska, Benjamin Abdala Junior, Claudius Armbruster, Cristina Robalo Cordeiro, Fátima Viegas Brauer-Figueiredo, Helena Rebelo, Isabel Pires de Lima, Laura Cavalcante Padilha, M. Carmen Villarino Pardo, Mirella Márcia Longo Vieira de Lima, Onésimo Teotónio de Almeida, Petar Petrov, Regina Zilberman, Sebastião Tavares de Pinho, Teresa Cristina Cerdeira da Silva, Thomas Earle.

Redação:

VEREDAS: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas
Endereço eletrónico: revista.veredas@gmail.com

Realização:

Revisão: Laura Blanco de la Barrera
Desenho da Capa: Atelier Henrique Cayatte – Lisboa, Portugal

Impressão e acabamento:

Unidixital, Santiago de Compostela, Galiza
ISSN 0874-5102

AS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS
TÊM O APOIO REGULAR DO INSTITUTO CAMÕES E DA
CONSELHARIA DA CULTURA DA JUNTA DA GALIZA

SUMÁRIO

NOTA DA REDAÇÃO	7
 LEONOR MARTINS COELHO Irene Lucília Andrade: regate(s) do passado para um questionamento do presente.....	9
 THIERRY PROENÇA DOS SANTOS Madeira: reflexões à margem do sistema cultural português.....	27
 MARCO LIVRAMENTO Virado do avesso ou a polifonia da verdade.....	43
 JURACY ASSMANN SARAIVA Memorial de Aires: autorreferencialidade e denúncia da utopia realista.....	67
 ROBERTO LÓPEZ-IGLESIAS SAMARTIM Critérios canonizadores num sistema literário deficitário (o caso galego para 1974-1978).....	81
 REGINA ZILBERMAN Narrativas da infidelidade em <i>Sagarana</i> , de Guimarães Rosa.....	107

NOTA DA REDAÇÃO

Tal e como foi anunciado no número anterior, a revista *Veredas* começa uma nova etapa caracterizada pela sua transformação ao suporte exclusivamente eletrônico, e também por assumir o sistema de avaliação por pares para a seleção dos trabalhos para a publicação. Isto significa que os artigos aqui recolhidos foram em todos os casos enviados pelas suas autoras e autores para serem apreciados por especialistas, e que só os 6 efetivamente publicados cumpriam os requisitos de qualidade que a revista da Associação Internacional de Lusitanistas requer.

Queremos agradecer desde a direção da revista, em primeiro lugar, a preferência que as investigadoras e investigadores responsáveis tanto dos trabalhos que agora apresentamos como dos que ficaram fora, mostraram pela nossa publicação. Igualmente, queremos agradecer o trabalho generoso de avaliadoras e avaliadores que se prestaram a colaborar com a direção da *Veredas* não apenas na aceitação ou não dos trabalhos recebidos, mas também na leitura enriquecedora dos artigos que beneficiaram em diferentes medidas dos seus informes.

Este número 12 tem um teor fundamentalmente literário, e apresenta uma alargada panorâmica das literaturas lusófonas em boa parte das suas coordenadas geográficas: de visões sobre clássicos portugueses e brasileiros até a abordagem de questões sobre identidades literárias em espaços insulares, passando pelos processos canonizadores no sistema galego ou pela análise de uma produtora absolutamente contemporânea.

A produção literária da ilha da Madeira é analisada nos artigos de Leonor Martins Coelho e de Thierry Proença dos Santos. No primeiro caso com a apresentação da obra de Irene Lucília Andrade, focando a relação que se estabelece entre passado e presente, memória e identidade em dous textos recentes desta escritora com longa trajetória desde a publicação em 1968 de *Hora Imóvel*, e presença recorrente em antologias que recolhem tanto poesia como narrativa madeirense. Proença dos Santos, por seu turno, reflete no seu trabalho sobre o

processo de elaboração de uma identidade literária madeirense e as relações desta com a literatura portuguesa em que se enquadra e com as literaturas “insulares”.

Através dum estudo de caso da literatura galega na década de 70, Roberto Samartim analisa os processos canonizadores entendidos como dinâmicos, mostrando os diferentes fatores que explicam tanto o funcionamento do sistema nesse período como a construção posterior do conhecimento sobre este.

Três dos vultos centrais das literaturas em língua portuguesa são trazidos a estas *Veredas* por meio das pesquisas de Juracy Assmann Saraiva, Regina Zilberman e Marco Livramento. No primeiro caso, a prof. Saraiva achemos uma interpretação em chave da pós-modernidade da abordagem paradoxal que Machado de Assis faz da escrita literária no seu último texto publicado –*Memorial de Aires*. A prof. Zilberman revisa as personagens femininas mais conhecidas da produção clássica do século XIX brasileiro sob a luz da dicotomia entre Helenas e Penélopes para se centrar na análise destas personagens em *Sagarana* de Guimarães Rosa. Finalmente, Marcos Livramento oferece uma nova visão do fingimento pessoano, procurando nos seus textos uma arte poética modernista que ilumine a compreensão destes.

A iminente posta em andamento do novo sítio web da Associação permitirá a partir do próximo número um contato mais direto e ágil da revista com as investigadoras e investigadores que queiram contribuir com as suas pesquisas, e dará uma nova e maior difusão aos nossos trabalhos. Confiamos em que isto contribua para a satisfação tanto das pessoas que leem *Veredas* à procura das novidades mais importantes na pesquisa em língua portuguesa sobre assuntos da produção cultural da Lusofonia, como daquelas que procuram um lugar onde publicar estas pesquisas em português e com garantias de difusão e de rigorosa avaliação.

Elias J. Torres Feijó
Diretor

Raquel Bello Vázquez
Diretora Executiva

Critérios canonizadores num sistema literário deficitário (o caso galego para 1974-1978)¹

ROBERTO LÓPEZ-IGLESIAS SAMARTIM
Universidade da Corunha - Grupo Galabra

Neste artigo é estudado um alargado corpus bibliográfico secundário em relação a como foi construído o conhecimento sobre o Sistema Literário Galego de 1974-1978. Dele abstraímos os critérios que conduziram à seleção, estabelecimento e canonização dum determinado conhecimento sobre os limites deste sistema nessa altura e identificamos os principais agentes responsáveis por uma construção que explica tanto as lacunas e as deficiências nesse saber canonizado como a inclusão ou exclusão posterior de determinadas práticas ou repertórios no sistema literário galego do período em causa.

Estabelecemos os critérios delimitadores e hierarquizadores utilizados para o estudo do período 1974-1978 porque, nesta altura, o critério dito *filológico* (em virtude do qual o sintagma “literatura galega” é identificado apenas com aquelas práticas consideradas literárias efetuadas em língua galega) ainda não é unanimemente assumido como identificador pela totalidade da crítica que se ocupa deste sistema literário periférico em processo de construção, com défices na sua estrutura e funcionamento e em relação dialética (ou em concorrência

1 Este trabalho inclui-se no projeto de investigação FISEMPOGA (“Fabricação e Socialização de Ideias num Sistema Emergente durante um Período de Mudança Política. Galiza 1968-1982”) subsidiado pela DGPYTC do Governo da Espanha entre os anos 2009-2011 (FFI2008-05335/FISO).

polo mesmo espaço social) com um sistema autónomo e fortemente institucionalizado dito espanhol. Esta classe de estudos permitem contemplar, portanto, quer o caráter dinâmico de processos canonizadores quer a sua natureza construída e não teleológica.

PALAVRAS-CHAVE: Canonização, Regras, Défices, Sistema Literário, Transição política, Galiza.

The aim of this article is to study a wide corpus of secondary bibliography in relation with how the knowledge about Galician Literary System was built from 1974 to 1978. From it, we abstract the criteria leading to the selection, establishment and canonization of a certain knowledge about the limits of that system at the time and we identify the main agents responsible for a construction that explains the gaps and faults of that canonized knowledge, like the subsequent inclusion or exclusion of certain practices or repertoires in the Galician Literary System we focus.

We establish delimitating and categorizing criteria used for the study of the period 1974-1978 because by that time the so-called *philological* criterion (according to which the label “Galician literature” is only identified with those literary practices made in Galician language) is not unanimously assumed as an identifier by the whole of the critics focusing on this peripheric literary system under a process of construction, with deficits in its structure and functioning, and maintaining a dialectical relationship (or struggling for the same social space) with an autonomous and highly institutionalized system named Spanish. Therefore, this kind of studies allow us to contemplate the dynamic character of canonizing processes, as well as its constructed and non-teleological nature.

KEY WORDS: Canonization, Rules, Déficcits, Literary System, Political Rules, Transition, Galiza.

Neste trabalho analisamos os critérios utilizados desde os finais da década de setenta do século XX no campo da crítica literária da Galiza para delimitar e identificar o Sistema Literário Galego (SLG) entre 1974 e 1978. Seleccionamos este assunto porque, apesar da importância do estudo dos critérios utilizados para a definição (individuação) dos diversos sistemas literários (van Rees 1983: 286), a investigação sobre as margens ou as condições de aplicabilidade das normas delimitadoras ou identificadoras não ocupa um volume de reflexão equivalente na bibliografia sobre o

SLG, nem abordadas do ponto de vista histórico, nem topográfico (para os *enclaves*), nem quanto às relações deste sistema periférico com o Sistema Literário (em) Espanhol (SLE) -com o qual concorre historicamente pelo mesmo espaço social-, com o *campo nacional* galego ou com os diversos discursos identitários propostos.²

Da mesma maneira, detetámos esta lacuna no estudo de momentos e estádios (como os que são objeto tanto deste artigo [SLG em 1974-1978] como do projeto em que se integra [SLG em 1968-1982]) em que este sistema pode ser caracterizado fundamentalmente como *deficitário* em virtude dum insuficiente grau de autonomia e institucionalização, ou, por outras palavras, de escassa *suficiência sistémica* (entendida pelo professor Torres Feijó [2000: 970 e ss.] como o mantimento da continuidade, da identidade e da estabilidade dum sistema cultural sem que estes traços sejam alterados em dependência de agentes, instituições ou sistemas alheios).

Para a seleção do **corpus** de materiais através dos quais nos aproximarmos dos critérios e dos processos de fabricação deste tipo de conhecimento sobre o SLG de 1974-1978, consideramos, por um lado, o índice de impacto dos produtos determinados, esteja esse impacto circunscrito ao campo da historiografia e da crítica literária/ cultural ou alargado a espaços mais extensos e diversificados da população galega, assim como, por outro lado, levamos também em conta a utilidade específica dos trabalhos críticos concretos para a consecução dos objetivos marcados.³

Em virtude destes critérios de impacto e utilidade específica,

2 De acordo com os trabalhos do professor Elias J. Torres Feijó (2004: 429 e ss.) entendemos por enclave a «seção do sistema cultural situada num território geograficamente afastado da comunidade originária, configurando um espaço no qual as pessoas e as instituições presentes mantêm relações específicas entre elas e com os seus homólogos da metrópole» (Samartim e Cordeiro Rua 2009: 179). Igualmente, e de maneira funcional, entendemos por “campo nacional” o lugar do espaço social onde está a ser construída a comunidade política imaginada, como inerentemente limitada e (relativamente) soberana (*vid.* Anderson 2007 [1983]: 23).

3 Ao se tratar duma abordagem qualitativa dos materiais, não quantitativa, o corpus bibliográfico foi selecionado levando em conta os princípios de *diversificação* e de *saturação* (Pires 1997: 113-169).

e após verificarmos que outros estudos similares utilizam no básico também esta tipologia de materiais (veja-se González-Millán 1996: 323-4, também para a função concreta de cada uma das fontes), analisamos os principais trabalhos monográficos destinados ao público especializado (que abordam geralmente um aspeto ou um género específico), a totalidade das histórias da literatura e dos manuais publicados com posterioridade ao período do nosso estudo e várias antologias e livros de texto destinados ao ensino secundário ou, no caso das histórias da literatura e manuais especializados, também universitário. Entendemos que assim atendemos uma variada tipologia de produtos que, por um lado, permitem o acesso às normas valorativas próprias da crítica académica (ou universitária, colocada, segundo van Rees [1983: 397], no topo das práticas institucionais legitimadoras) e, por outro lado, são o suficientemente indicativos das linhas de discurso centrais e do grau de fixação e promoção no nível geral das ideias assentes na atualidade e socializadas entre 1979 e 2008 quanto à estrutura e o funcionamento do SLG entre 1974 e 1978. Por último, interessa-nos chamar a atenção para a estreita relação existente entre o campo do ensino e a (re)produção do conhecimento sobre o SLG do período em causa e, neste sentido, apontamos apenas que a estrutura da instituição (para o caso a educativa) condiciona em grande medida a produção (e a função) do conhecimento e dos significados elaborados no seu seio.

1. O Critério Filológico

A análise da bibliografia referida ao SLG de 1974 a 1978 permite-nos afirmar que existe prática unanimidade à hora de selecionar as regras de obrigado cumprimento para a inclusão de materiais no supradito sistema nessa altura ou, por outras palavras, que todos os trabalhos analisados aplicam um mesmo critério básico para integrar um dado elemento no conceito “literatura galega”. Referimo-nos ao acompanhamento unânime nos trabalhos analisados do *critério filológico* proposto já em 1963 (1981₃: 11) por Ricardo Carballo Calero (“Carvalho” desde os anos oitenta),

professor da Universidade de Santiago de Compostela (USC) e principal filólogo e crítico literário do grupo organizado em volta da Editorial Galaxia (o que desfruta do maior grau de institucionalização do SLG no período em foco):

*Técnicamente, é o idioma empregado o que caracteriza ás distintas literaturas. [...] Nen a nacementa do autor nen os ambientes descritos [outras normas em discusión no período em estudo] son criterios axeitados para determinar a incusión das obras dentro dos marcos dunha ou outra literatura. [...] Entendo por literatura galega a literatura en galego. [...] Mais neste libro é o idioma o que nos serve pra escolmar o material do noso estudo. Seguimos un criterio, pois, filolóxico, *que nos parez o máis científico*, xa que o idioma é o estormento da literatura.*⁴

A aceitação do “critério filológico” assim estabelecido significa afirmar (na terminologia habitual dos materiais consultados) que unicamente é “literatura galega” aquela escrita em língua galega (Vázquez Cuesta 1980: 622; Tarrío Varela 1994: 9; Rodríguez 1996: 6; Vilavedra 1999: 15; Villanueva 2000: “Presentación”). Desta maneira, tal como acontece na bibliografia analisada, a unanimidade na hora de estabelecer o critério filológico como elemento normativo necessário exclui *a priori* do corpus do SLG qualquer prática tida por literária em qualquer outra língua diferente do galego e, concretamente, delimita a posição do castelhano (o outro idioma a ocupar espaços sociais na Galiza) em relação com este sistema. Porém, a situação em que se desenvolve historicamente o SLG (são aqui referidos expressamente nos trabalhos consultados períodos iniciais na construção do sistema ou

4 Os itálicos (nossos) chamam a atenção para a estratégia utilizada por Carballo Calero para reforçar a sua proposta normativa: atribuir carácter *técnico* e *científico* à regra que deseja naturalizar (e o facto de denominar “filológico” este critério, não nos parece alheio a esta estratégia).

momentos de conjunturas políticas especialmente adversas para o uso público da língua galega) justificam para a parte da crítica que se ocupa desta questão, por um lado, a inclusão complementar e *instrumental* nas análises do SLG da produção em castelhano dos agentes bilíngues (em função da melhor explicação da sua produção em galego)⁵ e, por outro lado, a *flexibilidade* na aplicação do critério filológico (em função, como veremos, de diferentes critérios secundários).

Verificamos nos materiais analisados, então, que a crítica literária reconhece a dificuldade de aplicação estrita do critério filológico em períodos de deficiente institucionalização e escassa autonomia relativa (tal como acontece em grande medida entre 1974 e 1978) ou, em geral, naqueles em que as circunstâncias sócio-políticas não favorecem a utilização da língua galega, e que esta mesma crítica aponta neste sentido para a necessidade de adaptação na aplicação deste critério; contudo, nem sempre esta parte da crítica coloca argumentos explicativos do grau exato de *flexibilidade* que deve alcançar o critério filológico nessas circunstâncias, nem em função de que critérios alternativos ou secundários deve ser limitada esta regra básica, nem da natureza da relação da produção em castelhano com os diferentes espaços ocupados pelo SLG numas específicas circunstâncias sócio-políticas coincidentes com fases problemáticas na sua construção.⁶

Em geral, estas questões são apagadas com o recurso a uma alegada «tendência histórica cara ao unilingüismo» (Rodríguez, 1996: 7) sustentada na tomada de consciência identitária diferencial

5 Este argumento está presente já na própria formulação do critério filológico por Carballo Calero em 1963 (1981³: 11-13) e é defendido posteriormente por produtores que exemplificam diferentes posições crítico-metodológicas (Vázquez Cuesta 1980: 622; Vilavedra, 1999: 16 ou Rodríguez, 1996: 6-7).

6 Julgamos que só González-Millán (2003: 16-18) reflexiona sobre os condicionamentos para a implementação deste critério nos enclaves do SLG. Será igualmente González-Millán (1998: 18) quem aponte para a necessidade de colocar no foco da investigación «as múltiples interaccións discursivas que determinan e configuran o espacio sociopolítico e cultural no que emerxe o criterio filolóxico, as relacións entre o fenómeno lingüístico, o literario e o nacionalitario, e as articulacións que lexitiman cada un deles como formacións sociodiscursivas específicas».

da comunidade galega, nos planos individual e coletivo, que é ligada diretamente com a progressiva assunção e a correspondente habilitação do instrumento linguístico autóctone. Esta ligação entre aumento da consciência identitária e utilização da língua galega, digamo-lo ainda que seja de passagem, é consubstancial aos nacionalismos etno-filológicos (é o caso do galego) e é entendida pelo conjunto da historiografia literária analisada de maneira teleológica, em coerência com o papel unanimemente central por ela atribuído ao critério filológico no SLG e correlativamente à consideração geral da língua galega como principal (ou único) elemento etno-identitário diferencial imprescindível da comunidade galega.

É preciso apontar, contudo, que as pesquisas realizadas no seio do projeto Fisempoga indicam que este consenso geral em volta da aceitação do critério filológico como única *norma sistémica* (critérios delimitadores que balizam sistemas culturais [Torres Feijó, 2004: 429-430]) ainda não é totalmente unânime na década de setenta (veja-se também Rodríguez Fernández [1999: 50-51], onde sustenta que este consenso chega só a partir de 1980). Neste sentido, verificam-se entre 1974 e 1978 tanto práticas (de grupos à esquerda e à direita do sistema) como algumas tomadas de posição que questionam o monopólio da língua galega como elemento delimitador da pertença à “literatura galega” (estas últimas provenientes mormente do exterior do SLG: Díaz-Plaja, 1974: 18; Varela, 1976: 115 ou, já em inícios de oitenta, Ribera Llopis, 1982: 12); porém, sim achamos várias provas da estabilidade alcançada por esse critério delimitador no SLG durante o regime autonómico⁷.

7 Por exemplo a forte oposição com que a prática unanimidade dos grupos presentes no SLG recebem a concessão do Prémio Nadal no ano 1990 a Alfredo Conde, até esse momento produtor modelar (e monolíngue) no SLG, polo romance (em espanhol) *Los otros días*. A função normativa da língua galega nesse estado de campo fai com que o abandono por Conde da norma sistémica já relativamente estabilizada, assim como o reforçamento do referente de oposição que supõe a decisão deste agente de concorrer a um dos mais importantes prémios do SLE, traga como consequência o imediato afastamento da centralidade que ocupava até esse momento (Caño 2009) e explicam que Carlos Casares, principal agente do grupo Galaxia na altura, afirme no semanário *A Nosa Terra*

Ora, como indicámos, a pesar da centralidade concedida pela crítica e a historiografía literaria ao critério filolóxico para a delimitación deste sistema literario (e cultural) periférico ao longo do seu proceso de construción, as fases nas quais lle é reconhecida alguma instabilidade nunca são fixadas cronologicamente (para além de periodizacións en maior ou menor medida gerais e canónicas,⁸ assim como tampouco são explicadas as características ou as circunstancias que fazem que em estádios do SLG similares a estes quanto a estrutura e funcionamento não seja apontada uma modulación equivalente na aplicación do critério filolóxico (com a correspondente repercussão na análise do sistema).

De qualquer maneira, nos materiais consultados encontramos algumas referências a esta cuestión procedentes dos principais representantes das dúas orientacións metodolóxicas maioritarias no campo da crítica literaria galega posterior a 1978. Ainda que o estudo dos **postulados teórico-metodolóxicos** utilizados no campo da crítica literaria galega do período autonómico não é assunto específico deste traballo, essas referencias aos criterios utilizados para complementar ou (de)limitar o grau de aplicabilidade do critério filolóxico indican que as regras propostas están en relación directa com a metodologia de análise adotada, motivo polo qual faremos aquí referencia, em primeiro

em 11 de Janeiro de 1991 que “tiñamos conquistado un territorio para a nosa lingua e esa foi unha das accións mais importantes nos últimos 20 anos. Escreber na Galiza era escribir en galego e só en galego, conquista moi importante e que parecía definitiva. Que un escritor dea un paso atrás na conquista deste espacio literario resultame incomprendible” (X. Carballa: “Escritores e intelectuais galegos poñen en cuestión a decisión de Alfredo Conde”).

8 Como o “Prerexurdimento” (Vilavedra, 1999: 16 e Cochón e Vilavedra 1995: 11), o “Rexurdimento” (Cochón e Vilavedra, 1995: 11) ou a “inmediata posguerra” ([1939-1950?] Vilavedra 1999: 16). O profesor Anxo Tarrío (2008: 248) localiza o pré-Rexurdimento entre 1840 e 1861 e o Rexurdimento entre 1862 e 1906; refere tamén a «tensión conflictiva entre la [cultura] elaborada a través del idioma propio de Galicia, es decir, el gallego, y el superpuesto, el castellano, desde, cuando menos, la segunda mitad del siglo XV» (pág. 249), afirmando na continuación que, «por todo esto, aunque en este trabajo nos fijaremos sobre todo en la producción literaria en gallego, habra que tener siempre en cuenta la realidad del sistema literario hegemónico del castellano en España, y también en Galicia, en los períodos que nos hemos propuesto observar [(os dous citados e a “Época Nós” [1916-1936])]» (pág. 250).

lugar, às propostas teóricas ao efeito do professor Francisco Rodríguez Sánchez (1985, 1990 e 1996), principal *fabricador de ideias* ('idea-marker', vid. Even-Zohar, 2005: 210-211) da esquerda nacionalista galega do após-guerra para assuntos culturais e linguístico-literários e, neste sentido, máximo representante nesta altura da conceição crítica que Xoán González-Millán (1994a) chamou “nacionalismo literário”; doutro lado, aludiremos à análise desta questão feita pela professora Dolores Vilavedra (sobretudo 1999), enquadrável na parte da crítica literária galega de fins do século XX que utiliza nos seus trabalhos terminologia própria de abordagens relacionais (sistémicas e de campo).

2. O Critério Identitário

Em primeiro lugar, Francisco Rodríguez condiciona a suficiência do critério filológico ao compromisso social e nacional que um determinado produto ou produtor tem necessariamente que atingir para ser considerado por esta parte da crítica como integrado na “literatura galega”. Ainda que o professor Francisco Rodríguez estabelece a posição do seu grupo (o partido comunista patriótico Unión do Povo Galego [UPG]) já no início da década de setenta (*Grial* 30, 1970: 455-462), quanto aponta para os vários compromissos que devem contrair textos e produtores para serem incluídos dentro do âmbito de referência do sintagma “literatura galega”, é a partir da década seguinte (e, sobretudo, em Rodríguez, 1990 e 1996) quando, perante a relativa centralidade alcançada no campo da crítica literária galega de critérios legitimadores de natureza estética e comercial até então claramente secundários no SLG (González-Millán, 1994b: 33), o líder da crítica nacionalitória expressa de maneira categórica que (Rodríguez, 1996: 9; *italico no original*)

é literatura galega a que está feita en galego e responde á conciencia de Galiza como realidade cultural autónoma, diferenciada. O uso da lingua aparece, pois, como unha condición

necesaria, malia poida non ser suficiente, para focalizar a realidade propia, desde dentro dela.⁹

De acordo com a literalidade das palabras de Francisco Rodríguez, em última instância, a aplicação do que podemos denominar *critério identitário* (a consciéncia da identidade diferenciada da Galiza) exigiria a exclusão de facto das margens do SLG duma parte da produçãõ em galego hoje existente. Ao não verificarmos este extremo nos trabalhos que acompanham implícita ou explicitamente esta proposta crítica (tampouco na *Historia da literatura galega* que encabeça o trabalho de Francisco Rodríguez de 1996) entendemos que este critério identitário é funcional no plano identificador (delimitador de inclusãõ/ exclusãõ no sistema em foco) apenas se o considerarmos de maneira *inclusiva*, isto é, se entendermos que a simples utilizaçãõ da língua galega significa imediatamente a posta em prática da reclamada consciéncia identitária diferencial.¹⁰

Porém, este critério identitário sim tem claramente uma função hierarquizadora, de atribuiçãõ duma posiçãõ mais ou menos central dum determinado repertório no cânone literário galego (isto é, o critério identitário é complementar e opera sobre o conjunto da

9 Esta ideia já tinha sido expressada por Rodríguez em “A especialidade da nosa historia e da nosa literatura” (*A Nosa Terra* 66, 15/06/1979). Em 1985 (pág. 11) Francisco Rodríguez recorre à legitimidade que fornece a **tradiçãõ** (elemento central na configuraçãõ do SLG historicamente considerado e, também, no período focado neste trabalho) para acrescentar ao filològico este outro critério identificador da literatura galega: “Nós podemos engadir, ademais, que é aquela que está feita desde dentro do país. [...] Neste sentido, outro dos nosos críticos literários de xuícos ben avaliados, Uxio Carré Aldao, di na sua ‘Literatura Gallega’ [Ed. Maucci, Barcelona, 1911, pág. 36] que a nosa literatura é aquela que recolle os sentimentos e as aspiraciõs do noso pobo”.

10 Sobre o “extraordinario poder asignado al criterio filològico”, responsábel desta leitura inclusiva em virtude da qual «toda la producciõn literaria escrita en Galicia era considerada una parte del panteõn nacional», veja-se González-Millán (2002: 229). O próprio González-Millán (1994b: 27) sintetiza esta posiçãõ indicando que, para a parte da crítica que ele denomina “nacionalismo literario”, «no canon deberian entrar exclusivamente textos de temática social e intencionalidade reivindicativa, e só aqueles autores que proxectasen unha imaxe paradigmática da comunidade nacional».

produção do sistema como uma característica necessária para a seleção dos repertórios que devem ser valorados e reproduzidos). Do nosso ponto de vista, entendemos que apesar de ser expressado como se de uma *norma sistémica* se tratasse (regra de obrigado cumprimento para integrar um determinado sistema cultural), o que vimos chamando critério identitário funciona de facto como uma *norma de repertório*, já que não delimita a pertença ao SLG mas sim caracteriza e hierarquiza a posição de determinados elementos no seu interior.¹¹

Por outro lado, a expressão deste critério como complementar ao filológico, já seja para caracterizar o SLG ou para determinar as suas margens, introduz neste sistema um elemento legitimizador de natureza político-ideológica (qualidade compartilhada, por outro lado, com o critério dito filológico) neste caso dificilmente identificável ou quantificável de forma empírica (tampouco é achegado qualquer método ou procedimento para a deteção desta qualidade). Nesse sentido, a formulação deste critério heterónimo (em quanto gerado no exterior dos campos de produção cultural) constitui um *ideologema* (tanto no sentido de Bakhtin como de Kristeva) que atribui explicitamente uma função política e ideológica aos produtos enquadrados no SLG, por mais que, como veremos, não unicamente (Rodríguez, 1990: 10-11; carregado no original):

A nosa literatura até 1.936, de forma clara, é fundamentalmente unha literatura tracexada para a desalienación cultural colectiva, formando parte dun esforzo de conformación dunha consciéncia nacional galega. Ten, pois, unha clara funcionalidade social e mesmo política, aínda que non a poidamos reducir a esta categoría.

11 Torres Feijó (2004: 437) define este conceito de norma de repertório como os «elementos que, nom sendo apresentados como delimitadores de sistemas, som promovidos como elementos que dotam de maior genuinidade ao entendimento e elaboración dos produtos dessa comunidade como prprios da mesma ou constituem as especificidades de que se nutrem as tendéncias subsistélicas».

Esta norma complementar está sustentada numa metodologia de análise de base materialista que considera “os textos literários produtos históricos e, polo tanto, cun sentido en relación co proceso da historia” (Rodríguez 1990: 5), que parte da consideración da Galiza como comunidade cultural e politicamente dominada e que, em consequência, não oculta a sua intencionalidade política (cifrada no carácter social e nacionalitário atribuído ao conjunto dos produtos culturais), da qual dependerá qualquer outra função conferida aos produtos literários. A centralidade deste «critério histórico-político interno» (Rodríguez, 1990: 19) neste método de análise explica, em última instância, as tomadas de posição do “nacionalismo literário” tanto antes como, para o aspeto que agora nos ocupa, depois de 1978, quando, perante o processo de institucionalização experimentado no SLG desde o início do período autonómico, esta parte da crítica rejeita as práticas e os modelos virados para o mercado ou afastados em maior ou menor grau da primordial função social e nacionalitária por ele imputada aos produtos e aos produtores literários (veja-se González-Millán, 1994b: 23-42).

3. O Critério “Sistémico”

Esta análise heterónoma do SLG é discutida abertamente pela secção da crítica que, partindo de análises de carácter relacional com base nas teorias de Lotman, Even-Zohar ou Bourdieu e referenciando-se em grande medida nos contributos de González-Millán para o caso galego, entende a literatura «como sistema semiótico, como institución e como producto textual» (Vilavedra, 1999: 23).¹² Este setor da crítica alcunha de

12 Parece oportuno referirmos, ainda que seja de passagem, “Os problemas dunha lectura (poli)sistémica da literatura” colocados por González-Millán (2001) na última fase da sua trajetória. Em síntese do professor Arturo Casas (2007: 66; itálico no original), nesse trabalho González-Millán “analiza a que considera ambigüidade teórica de Even-Zohar e o seu excesivo débito co positivismo funcionalista, co formalismo de Tinianov e cunha concepción semiótica da literatura insuficientemente aberta e en cambio abstracta de máis, motivo este polo que a teoría dos polisistemas daría en promover unha serie de leis

“perspectivista” (pág. 19) o critério identitário proposto pelos nacionalistas galegos, considerando-o dificilmente compatível com «o estudio da literatura galega como un sistema autónomo e autóctono». Em troca, uma das principais defensoras destas posições metodológicas, a professora Dolores Vilavedra (1999: 17), propõe o que ela denomina *criterio sistémico* (isto é, “a consideración da literatura como un conxunto ou rede de elementos interdependentes no que cada un se define fronte ós restantes pola función que desenvolve na antedita rede”) em primeira instância como um método de análise capaz de renovar os estudos literários, «superar o 'textocentrismo'» e «atopar un novo paradigma epistemolóxico, que se pretende empírico e funcional, fronte ó carácter histórico-hermenéutico do paradigma no que tradicionalmente se viñan xerando as teorías literárias» (pp. 16-17). Com esta perspetiva metodológica de orientação sistémica, os trabalhos críticos e historiográficos aquí situados (saídos fundamentalmente do âmbito da USC) pretendem abordar o SLG como uma «institución lexitimamente autónoma» (Vilavedra, 1999: 28), mas também focam entre os seus objetivos “*integrar* outros [critérios] coma o filolóxico ou mesmo parcialmente o [...] denominado 'perspectivista’”, que nos vimos identificando como identitário (Vilavedra, 1999: 21; itálico noso).

Comecemos então por analizar a cuestión da referida **integração dos critérios** filolóxico e identitário no alegado “criterio sistémico” através dos argumentos com que Dolores Vilavedra (1999: 20-21) sustenta a consideração do que parece ser também um novo critério normativo como «moi axeitado para matizar o filolóxico á hora de delimitar o campo de estudio do que aquí estamos a denominar 'literatura galega'»:

En primeiro lugar, porque nos permite incluír nel todos aqueles productos literarios de intención estética (é dicir, non mimética)

ditas *universais* mediante un proceso inductivo e esencialista, parco na atención a situacións sistémicas diferenciadas e perigosamente homoxeneizante”.

[...] que se emiten prioritariamente no espacio público galego e que se someten tamén prioritariamente ós mecanismos de distribución (editoriais), avaliación e institucionalización (premios, crítica, etc.) autóctonos. A isto habería que engadir outro requisito: que os produtores e consumidores compartan un mínimo *consenso repertorial* non tanto entendido como suma de coñecementos individuais [...] senón como conxunto de normas estético-literarias colectivamente asumidas (pensemos, por exemplo, nos modelos xenéricos). En segundo lugar, [...] o xa comentado carácter dinámico da noción de sistema permite acoller as ocasionais excepcións ó criterio filolóxico xa mencionadas, e explica perfectamente a ambigua posición de escritores como Manuel Murguía ou José Ángel Valente, [...]. Finalmente, [...], obríganos a non descoirdar a análise do comportamento de instancias coma o lector ou o código lingüístico, que participan dun xeito moi específico na configuración do sistema literario galego como sistema autónomo [itálico noso].

De acordo com a citação recolhida acima, não nos parece incorreto afirmar que da aplicação coerente do chamado “criterio sistémico” *como método de análise* deveria resultar a integração dentro das margens dum sistema literário/ cultural específico (aqui o SLG), num período histórico concreto [aqui 1974-1978], de todos os elementos (produtos, produtores, instituições, consumidores, repertórios e mercado) que conformam uma determinada rede de relações estabelecida de acordo com as normas de diferente natureza por eles total ou parcialmente compartilhadas (aceitação em maior ou menor medida geral de normas que podemos fazer coincidir com o denominado aqui por Vilavedra *consenso repertorial*). Na nossa análise, isto significa que para a correta aplicação das metodologias de base relacional ao estudo de sistemas culturais deficitários quanto ao grau de autonomia e institucionalização (em estádios iniciais de construção ou, em todo o caso, com défices na sua suficiência sistémica), a instabilidade ou a falta de unanimidade normativa verificada nestes sistemas exige,

em primeiro lugar, a fixação, a hierarquização e a determinação do grau de abrangência e centralidade do conjunto das normas (sistémicas ou de repertório) que funcionam em todo ou em parte do espaço social em foco num período delimitado; e, em segundo lugar, a inclusão na análise da rede de relações (e, portanto, no sistema concreto) de todas essas normas e elementos, o que significa incluir como fazendo parte do SLG toda a produção gerada ao amparo de alguma dessas normas, também a produção não escrita em galego quando o critério filológico tal como definido anteriormente para o SLG não é o (único) critério legitimador proposto (como verificámos que acontece no período 1974-1978 para o caso galego).

Deste ponto de vista, as “excepcións ó criterio filolóxico” terán a ver fundamentalmente com o nível de aplicação dum critério complementar que Vilavedra chama aqui *consenso repertorial*, entendido como o «conjunto de normas [...] colectivamente asumidas» num período concreto num determinado sistema ou, por outras palavras, a aplicação do critério filológico não poderá ser apriorística e estará em dependência das leis que explicam o funcionamento do sistema em cada momento.¹³

Desde uma interpretação que se pretende inclusiva das palavras de Vilavedra no que têm de proposta metodológica, a participação dum produtor ou dos seus produtos no SLG guardaria estreita relação com o (re)conhecimento do (e no) próprio sistema e com a aceitação das regras que o regem, assim como com a própria consciência e vontade de participar verificada através das várias tomadas de posição que conformam uma determinada trajetória.¹⁴

13 Vários trabalhos de membros do grupo Galabra sobre estádios diferentes do processo de construção do SLG indicam que as exceções ao critério filológico não são tão “ocasionais” como refere Vilavedra na esclarecedora “Introducción” à *Historia da literatura galega* que comentamos. Por outro lado, o que a professora compostelã chama “consenso repertorial” pode ser identificado com o que a teoria da instituição literária de Peter U. Hohendahl (1989: 34) chama “normativa”, conceito que «refire non aos idiolectos individuais dos autores senón ao conxunto de fórmulas codificadas do sistema literario» (recolhido por González-Millán, 1994b: 16).

14 Achamos que esta ideia geral está expressada mais claramente em Cochón e Vilavedra (1995: 11; itálico nosso): «O primeiro criterio que orientou a selección dos

Neste sentido, convém indicar que, em estreita relação com a consciência da Galiza como entidade cultural diferenciada, também a crítica nacionalista contempla nas suas análises a “consciência literária” (Rodríguez 1996: 9) dos agentes como elemento capaz de perfilar as margens de aplicabilidade do critério filológico como norma sistémica (Rodríguez 1985: 8 e 1996: 7); isto é, a consciência, a vontade ou a expectativa dum produtor de fazer parte dum determinado sistema -confirmadas através da análise da sua trajetória (diremos nós)-, justificaria a sua inclusão no sistema em foco.

Esta confluência entre a crítica nacionalista e a de base relacional leva-nos a abordar a questão ainda pendente da apontada **integração** (dita parcelar) do critério identitário proposto por Francisco Rodríguez no que Dolores Vilavedra denomina “criterio sistémico”. Em princípio, o carácter pretensamente abrangente e totalizador das teorias sistémicas explica que entre os objetivos focados desde esta metodologia esteja necessariamente o estudo das relações de (inter)dependência entre o campo literário e o campo nacional, cujos processos de construção caminham de mãos dadas em sistemas como o galego ao longo de numerosas fases da sua história (nomeadamente nas caracterizadas pela escassa institucionalização política e cultural). De facto, a constatação desta relação dialética entre construção do sistema literário e construção nacional explica por si mesma, numa aplicação coerente das teorias

autores que figuran no volume foi o lingüístico. Así, foron tidos en consideración todos aqueles que teñen cando menos publicada unha obra en lingua galega. Mais este criterio flexibilízase cando se trata dos autores do noso Rexurdimento e Prerrexurdimento: é obvio que a *relevancia do factor lingüístico era percibida daquela como non necesariamente determinante para a configuración do sistema literario galego polos seus membros*» (isto é, nas nossas palabras, que a língua galega não era considerada uma norma sistémica polos participantes na precária rede existente na altura). Por outro lado, parece oportuno explicitar que a participação num sistema contempla a possibilidade tanto de aceitar determinadas regras existentes como de impugná-las total ou parcialmente e tentar impor outras novas; o conceito de *défices projetivos* proposto pelo professor Torres Feijó (2000: 975 e ss) como carências sistémicas «que indicam um vazio que se quer preencher (ou umha presença que se quer substituir), um projecto que se quer realizar», cobra especial rendabilidade neste ponto à hora de explicar determinadas tomadas de posição em função de estados concretos do campo.

de base relacional, a necessidade de «demarcar a función que [para alguns grupos e agentes] cumpren obras e autores na conformación histórica da conciencia nacional”» (Rodríguez, 1990: 19).

De conformidade com o dito acima e com a utilização *como método de análise* do que a professora da USC chama “criterio sistémico”, Vilavedra (1999: 18-19) afirma contemplar o estudo da função jogada pela consciência nacional no processo de construção do sistema literário. Porém, imediatamente a seguir, intervém como agente canonizadora tomando posição na luta metodológica (e ideológica) pelos instrumentos de legitimação que tem lugar no campo da crítica literária galega nos anos noventa e atribui função normativa ao referido como “criterio sistémico”, para negar o carácter hierarquizador que a crítica nacionalista atribui ao critério identitário (Vilavedra, 1999: 18; *itálico nosso*):

Na miña opinión, esta tarefa [o estudo do papel atribuído à conciencia nacional na conformação do sistema literário] entra plenamente dentro das competencias tanto do historiador coma do estudioso da literatura, pero sen embargo *non debe postularse, por razóns evidentes, como criterio de xerarquización artística*.

As “razóns evidentes” alegadas pela professora Vilavedra (1999: 18) para não atribuir ao critério identitário valor hierarquizador têm a ver, por um lado, com que da sua aplicação geral resultaria a marginação do cânone daqueles repertórios aos quais não fosse atribuído valor como conformadores da alegada consciência nacional e, por outro lado, com que instituições ou agentes seriam eventualmente responsáveis da atribuição desse valor e da fixação dos “lindes desa hipotética valencia de 'galegidade'” (quiza a própria crítica nacionalista, responsável pola elaboração do critério...).

Do nosso ponto de vista, nas propostas de Dolores Vilavedra

subjazem problemas de dous tipos na altura de afirmar as vantagens que “o critério sistémico presenta, á hora de delimitar as extremas da literatura galega” (Vilavedra, 1999: 21). Em primeiro lugar, julgamos que existe uma confusão entre a função própria da metodologia (as ferramentas teóricas e procedimentais com as quais o agente investigador se aproxima do objeto de estudo e que possibilitam o conhecimento deste) e a função delimitadora ou hierarquizadora das normas que atuam num determinado sistema num dado momento e que são objeto do estudo do pessoal investigador. Em segundo lugar, esta atribuição de função normativa (própria do objeto analisado) ao instrumento da análise (a metodologia sistémica), não só localiza no mesmo plano a metodologia e o objeto de estudo que esta deve atingir, mas também explica a intervenção como agente canonizador de quem defende no campo os seus próprios instrumentos de legitimação.¹⁵ Como resultado disto, esta representante da crítica dita sistémica não aplica o “critério sistémico” apenas como método interpretativo, mas propõe que este funcione como norma sistémica; ao mesmo tempo, a investigadora atua de facto como agente canonizador, apesar de que o acompanhamento das teorias relacionais de base sistémica e sociológica não passa, entendemos, por *intervir no processo de canonização* para afirmar ou negar a validade de normas concretas (que tenham a função que os diferentes grupos lhe atribuírem no interior do sistema), mas sim pela tomada de consciência da própria função desenvolvida e da posição ocupada em cada momento como agente investigador (não canonizador) e *analisar o campo* em questão para abstrair as regras que atuam num determinado processo de canonização, explicando a função que

15 «In interpreting, evaluating and ranking literary works, they practice at an object level what, in an empirical-theoretical perspective, they are supposed to analyze at a meta-level. In preferring the role of agent of symbolic production to that of analyst of this process, their reflection on principles underlying a relational mode of analysis is almost nil» (van Rees e Dorleijn 2001: 335). Repare-se ainda em que a alegada interferência entre o papel de agente da produção simbólica e o de analista do processo nem se coloca necessariamente no lado da consciência nem da parte exclusiva duma determinada posição crítica; já a feminista Toril Moi (2002: 42) sustentava que nenhuma crítica é “imparcial” e que toda a gente fala duma determinada posição conformada por fatores culturais, sociais, políticos e pessoais.

estas normas desempenham num concreto estágio do mesmo, que grupos ou agentes as propõem ou lhes atribuem valor, com que interesses e objetivos, o grau de unanimidade ou centralidade delas, os problemas que levanta a sua aplicação, etc.

Por outra parte, já referimos que para Vilavedra o principal problema colocado pelas propostas heterónomas de Francisco Rodríguez consiste em que o princípio de hierarquização externa que defende o grupo nacionalista (estabelecido por meio do que vimos chamando até aqui critério identitário) significa subordinar a autonomia do SLG aos interesses defendidos no campo nacional. Não é objeto dum trabalho destas características a valorização da oportunidade ou da eficácia (política, cultural, etc.) dos critérios hierarquizadores propostos pelos vários grupos que atuam no campo da crítica galega após 1978, ainda que sim julgamos conveniente a análise dos seus efeitos para o estudo do sistema e, sobretudo, a sua avaliação como método de análise e aproximação dum determinado objeto de estudo (neste trabalho, em último termo, o processo de construção do SLG para o período 1974-1978). Neste sentido, o principal problema que encontramos nas propostas teóricas e analíticas defendidas por Francisco Rodríguez não tem a ver necessariamente com o submetimento dos interesses políticos aos científicos (são conhecidas as óbvias relações entre ambos os campos, e mais em sistemas emergentes como o galego), mas sobretudo estão em função da resistência deste grupo a aceitar as mudanças nas leis que regem no campo literário (e político) na Galiza autónoma a respeito da Galiza franquista, o que se traduz na aplicação de idênticos métodos de análise e interpretação a realidades sociais que já funcionam de maneira diferente, dando como resultado uma compreensão parcelar (e parcial) do objeto de estudo.

Achamos que uma boa mostra desta falta de adaptação das propostas metodológicas ao estudo da realidade sócio-cultural surgida da transição política no Estado Espanhol é que o corpus teórico e analítico formulado pelo professor Rodríguez nos anos setenta é reproduzido praticamente na sua literalidade até bem

entrada a década de noventa do século passado (vejam-se, neste sentido, a continuidade das ideias já presentes em 1970 nos seus trabalhos de 1979, 1985, 1990 e 1996) e aplicado nos trabalhos desta parte da crítica até a atualidade, facto que reforça a ideia da falta de atualização dos instrumentos analíticos que conduz à insistência numa mesma interpretação para um objeto de estudo configurado já de jeito substancialmente diferente em virtude da função identitária atribuída prioritariamente à literatura.¹⁶

Esta continuidade nos postulados interpretativos da corrente central do nacionalismo galego explica-se em grande medida em função das lutas no interior do campo galeguista¹⁷ entre os grupos partidários do que poderíamos denominar a *resistência sistémica* (com influência considerável até 1982) e os que defendem passar à ofensiva após a consolidação do regime político autonómico e impulsionar (fundamentalmente desde a instituição educativa e o mercado) novos elementos repertorias que aproveitem as oportunidades fornecidas pelo novo estado do campo político e permitam concorrer com o SLE através da promoção, por exemplo, «duma literatura destinada ao público infantil e juvenil ou [d]os denominados subgéneros narrativos, que funcionam em sistemas mais normalizados como uma das posições com maior sucesso entre o público e, portanto, com um mercado maior e economicamente mais rentável» (Rodríguez Fernández 1999: 123). Pela contra,

16 Também as ideias geradas nos anos setenta por este grupo em volta da questão (sócio-)linguística são reproduzidas até a atualidade, constituindo o corpus ideológico central e marcando a praxe do nacionalismo galego neste campo (vejam-se as várias reedições, de 1976 a 1998, do livro também de Francisco Rodríguez *Conflicto lingüístico e ideoloxia na Galiza*). Sobre a reprodução de ideias sem questionar a sua validade para entender um objeto de estudo em mudança pode ser consultado Itamar Even-Zohar (2002), trabalho que o professor de Tel Aviv dedica ao caso galego.

17 Entendemos por galeguismo o «movimento de reivindicação da identidade diferenciada da Galiza com independência do grau de autonomia política proposto para a colectividade galega polos vários grupos ou agentes autoproclamados galeguistas, assi como o processo de fabricaçom de ideias que apoiam e justificam os vários graus desta reivindicaçom. Quando este movimento vise a reinvidicaçom [sic] política da Galiza como ente nacional diferenciado dum referente de oposiçom identificado com o par Castela/Espanha, estaremos falando em *nacionalismo*, umha das várias ideias possíveis de galeguismo» (Samartim, 2005: 10).

chefiados por Francisco Rodríguez, os grupos enquadráveis na *resistência sistémica* entendem que um SLG autónomo (Rodríguez Fernández 1999: 121)

só se poderá alcançar a se eliminar a projecção do sistema literário espanhol na Galiza, a se fortalecerem um conjunto de plataformas institucionais que promovam em especial os produtos literários galegos, unido a uma intervenção dos campos do poder que defenda com exclusividade ao sistema minorizado.

A partir então das apreciações de Rodríguez Fernández (1999: 120 e *ss.*) e em relação com os termos *resistência simbólica* (González-Millán, 1991) e *suficiência sistémica* (Torres Feijó, 2004), entendemos que o referido conceito de *resistência sistémica* abrange as tomadas de posição e as estratégias político-culturais que atribuem ao conjunto dos elementos que participam num sistema periférico em processo de autonomização (de construção da suficiência sistémica) uma função eminentemente defensiva a respeito do referente de oposição. Atuando em virtude duma lógica heterónoma que fará depender o seu programa (regras, materiais, ações, posições...) do contraste e da distinção com o referente de oposição, os grupos e agentes que sustentam esta posição reagem quer contra a incorporação de novos elementos repertoriais (sobre resistência às transferências e à planificação *vid* Even-Zohar 1998) quer contra a promoção e legitimação dos velhos materiais que entendem inapropriados por não cumprirem a função defensiva e distintiva indicada. Em troca, desde as posições de resistência são reivindicados como principais elementos constitutivos e legitimadores a identidade diferenciada da comunidade, o carácter periférico e dependente do sistema próprio, e o valor modelar da tradição e dos materiais por ela consagrados. Estas tomadas de posição e estratégias substanciadas na resistência são verificadas também (no caso galego) com posterioridade a o sistema cultural

experimentar um forte aumento no seu grau de autonomia e institucionalização, sendo executadas por grupos que não reconhecem como *suficiente* a autonomia alcançada em virtude de que (ainda) não foi completado o programa elaborado na anterior situação de (maior) dependência.

Ora, se no pólo da crítica nacionalista verificamos a permanência dos mesmos postulados teóricos para o estudo do SLG em duas fases diferentes na sua configuração (enlaçadas substancialmente pelo período objeto da nossa investigação), na parte das propostas críticas mais viradas para a autonomia do feito literário encontramos, por seu lado, algumas interpretações da literatura como fenómeno eminentemente estético.¹⁸ Neste ponto, o agente que melhor exemplifica a defesa do que, acompanhando a terminologia utilizada até o de agora, poderíamos denominar *critério estético*, Ramón Gutiérrez Izquierdo (2000, *et al* 1991 e 2003), contempla também de maneira secundária o estudo das relações entre o campo literário e os campos do poder, fazendo-o no seu caso do ponto de vista das referências ao “contexto” (entendido este como o conjunto dos elementos extraliterários a que um texto fai referência ou que explicam a produção de determinados textos) e apontando para a existência de «prexuízos» e «reduccionismos» (Gutiérrez Izquierdo 2000: 9) na parte da crítica que fai depender as suas análises de questões externas ao texto literário (como da “vontade” e do “patriotismo”, elementos que indigitam implicitamente o grupo nacionalista); em troca, esta crítica esteticista defende posições claramente situadas a favor de análises internas, *textocêntricas* e, em última instância, também dificilmente objetiváveis (pág. 38):

as suxestións e emocións que suscita unha obra literaria residen nela mesma e na súa dimensión artística, non no coñecemento do

18 Para as questões relacionadas com processos de autonomização e estetização de sistemas literários periféricos podem ser consultados os trabalhos de G. Jusdanis (1991) ou de D. Kiberd (1995).

contexto. [...] A historia da literatura debe procurar estudar as obras en si, destacando os seus valores estéticos, pero tamén debe incluír algunha información sobre o contexto, o que permite un coñecemento máis completo do fenómeno literario e, xa que logo, facilita interpretacións parciais da obra, que enriquecen a súa dimensión plurisignificativa.¹⁹

A presentación deste criterio estético completa a identificación das normas com que a crítica galega posterior a 1978 delimita e hierarquiza os repertórios presentes no SLG no lustro inmediatamente anterior a este ano e permite cotejar estes criterios com os resultados dos trabalhos realizados pela equipa que está a desenvolver o projeto Fisempoga. De acordo com isto podemos concluir afirmando que a identificação feita pela crítica literária do período autonómico do uso da língua galega como única norma sistémica (criterio dito *filológico*) e de duas normas de repertório principais (o criterio *identitário* e, com menor impacto crítico, o *estético*) dificilmente permite explicar o funcionamento do SLG num período, como o comprendido entre 1974-1978 (lapso temporal ao qual se refere a informação levantada do corpus utilizado neste trabalho), caracterizado pola discussão normativa e polos défices na sua aplicação.²⁰ Desta maneira, atribuindo o carácter de norma sistémica unicamente ao criterio filológico

19 Dá para ver que esta proposta minoritária está sustentada em critérios valorativos que descansam preferentemente no «carácter singular da personalidade creadora» (Gutiérrez Izquierdo 2000: 7), no «carácter representativo dos trazos formais e temáticos do xénero ou autor estudado» e na «eficacia estética» (pág. 8) «de obras significativas, vinculadas sempre co contexto e coas peculiares circunstancias que rodearon e rodean a produción en lingua galega, pero sen caer no discurso que reduce o labor dos nosos escritores a unha especie de crónica social ou a un simple exemplo de vontade e patriotismo» (pág. 9).

20 Em trabalhos anteriores referimos já, «por um lado, a discussom do carácter da língua galega como (única) norma sistémica de alguns grupos e agentes actuantes no fim do franquismo [1968-1973] e na transiçom [1974-1978] no SCG [Sistema Cultural Galego] e, por outro lado, a aplicaçom deficitária polos intervinientes neste sistema cultural do pretendido carácter de norma sistémica (défices derivados em grande parte da situaçom política existente sob o regime franquista)» (Cordeiro Rua e Samartim, 2008: 165).

(estabilizado só durante a autonomia política concedida pela constituição espanhola plebiscitada em Dezembro de 1978), a crítica literária galega reduz o conjunto de elementos integráveis na rede de relações que chamamos SLG entre 1974 e 1978 e exclui da delimitação e da análise do funcionamento deste sistema nesse período os repertórios (regras e materiais; também os eventualmente compartilhados com o SLE) relacionados com tomadas de posição como as que afirmam, por exemplo para o SLG de 1976, que «[I]a literatura gallega se produce del mismo modo que sus hablantes: de modo bilingüe» (Varela 1976: 115).

Assim mesmo, os défices apontados na aplicação de ferramentas metodológicas relacionais (abordados em referência ao critério chamado *sistémico*) e o facto de limitar as normas de repertório aos critérios identitário e estético não contribuí para contemplar nas análises deste sistema outras normas que funcionam no período em causa e que, polo mesmo, são imprescindíveis para compreendermos o funcionamento e o processo de construção sistémica. Referimo-nos, nomeadamente, à função legitimadora e hierarquizadora concedida à *tradição* polo conjunto dos grupos presentes no SLG entre o franquismo e a transição (já analisada para o caso daqueles mais centrais e institucionalizados em relação com o determinante campo da codificação linguística em Samartim 2005).

REFERÊNCIAS:

- ANDERSON, B.: *Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, Fondo de Cultura Económica: México, 2007 [1983].
- CAÑO, X. del: *Conversas con Alfredo Conde: xuízo, sentenza e condena*, Ir Indo, Vigo, 2009.
- CARBALLO CALERO, R.: *Historia da literatura galega contemporánea 1808-1936*, Galaxia: Vigo, 1981 [1963].
- CASAS, A.: “Xoán González-Millán: itinerarios teóricos”, in Helena González Fernández & María Xesús Lama (eds.), *Actas do VII Congreso Internacional de Estudos Galegos. Mulleres en Galicia. Galicia e outros pobos da Península*, Sada, Edicións do Castro, 2007 : 61-68.
- COCHÓN, I. & VILAVEDRA, D. (coord.): *Diccionario da literatura galega*, vol. 1 “Autores”, Galaxia: Vigo, 1995.

- CORDEIRO RUA, G. & Samartim, R. L.I., “O panorama editorial galego no fim do franquismo e na transiçom”, in Paz Romero Portilla & Manuel-Reyes García Hurtado (eds.), *El libro en perspectiva. Una aproximación interdisciplinaria*, Universidade da Coruña, Servizo de Publicacións: Corunha, 2008: 161-189.
- DÍAZ-PLAJA, G.: *Literatura Gallega / Tesoro Breve de las Letras Hispánicas*, Editorial Magisterio Español: Madrid, 1974.
- EVEN-ZOHAR, I.: “Planificación cultural e resistencia na creación e supervivencia de entidades sociais”, *A Trabe de Ouro* IV (36), 1998: 481-489.
- EVEN-ZOHAR, I.: “Solucións anticuadas e a industria de ideas”, *Anuario de estudios literarios galegos*, 2002: 39-53.
- EVEN-ZOHAR, I.: *Papers in Culture Reseach*, Tel Aviv University: Tel Aviv, 2005.
- GONZÁLEZ IZQUIERDO, R.: *Lecturas de nós. Introducción á literatura galega*, Edicións Xerais de Galicia: Vigo, 2000.
- GONZÁLEZ IZQUIERDO, R. et al (ed.): *Lingua e literatura galega. Bacharelato 2*, vol. 2, Xerais, Vigo, 2003.
- GONZÁLEZ IZQUIERDO, R.; Navaza, G. & Rodríguez, L.: *Literatura galega 3º BUP. Historia. Antoloxía de textos*, Xerais: Vigo, 1991.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X.: “Unha Etnopoética para unha literatura periférica”, in Antonio Carreño (ed.), *Actas do Segundo Congreso de Estudios Galegos = Proceedings of the Second Galician Congress: homenaxe a José Amor y Vázquez (Brown University, novembro 10-12, 1988)*, Galaxia: Vigo, 1991: 339-347.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X.: “Do nacionalismo literario a unha literatura nacional. Hipóteses de traballo para un estudio institucional da literatura galega”, *Anuario de estudios literarios galegos*, 1994a: 67-81.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X.: *Literatura e sociedade en Galicia (1975-1990)*, Xerais: Vigo, 1994b.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X.: *A narrativa galega actual (1975-1984). Unha historia social*, Xerais, Vigo, 1996.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X.: “O Criterio filolóxico e a configuración dunha literatura nacional: achegas a un novo marco de reflexión”, *Cadernos de lingua* 17, 1998: 5-24.
- GONZÁLEZ MILLÁN, Xoán: “Os problemas dunha lectura (poli)sistémica da literatura”, in Isabel Lozano Renieblas & Juan Carlos Mercado (eds.), *Silva. Studia Philologica in honorem Isaías Lerner*, Castalia: Madrid, 2001: 301-313.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X.: “As imaxes emerxentes dunha cultura pública galega: dificultades e desafíos”, *Letras Peninsulares*, 2002: 249-268.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X.: “Exilio, literatura e nación”, *Anuario de estudos literarios galegos*, 2003: 16-27.
- HOHENDAHL, P. H.: *Building a National Literature. The Case of Germany, 1830-1870*, Cornell University Press, Ithaca and London, 1989.
- JUSDANIS, G.: *Belated modernity and aesthetic culture: inventing national literature*, University of Minnesota Press: Minneapolis, 1991.
- KIBERD, D.: *Inventing Ireland*, Jonathan Cape: London, 1995.
- MOI, T.: *Sexual/ Textual Politics. Feminist Literary Theory*, Routledge, London, 2002 [1985].
- PIRES, Á: *Échantillonnage et recherche qualitative: essai théorique et méthodologique*, Gaëtan Morin: Montréal, 1997.
- RIBERA LLOPIS, J. M.: *Literaturas catalana, gallega y vasca*, Editorial Playor: Madrid (vol. 23 da colección “Lectura Crítica de la Literatura Española”), 1982.
- RODRÍGUEZ, F.: “Carácter da Literatura Galega: O exemplo da obra de Rosalia”, *Grial*

30, 1970: 455-462.

RODRÍGUEZ, F.: *Literatura galega contemporánea (problemas de método e interpretación)*, Edicións do Cumio: Vilboa, 1990.

RODRÍGUEZ, F.: “Definición, características e periodización da literatura galega”, in Alberte Ansedo Estraviz & Cesáreo Sánchez Iglesias (eds.), *Historia da Literatura Galega*, AS-PG / A Nosa Terra, Vigo, vol.1, 1996: 5-32.

RODRÍGUEZ, F. et al (1985), *A nosa literatura: unha interpretación para hoxe (II)*, vol. 2, Edicións Xistral, Lugo.

RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, M. X.: *‘Luzes de Galiza’ no Sistema Literário Galego (1985-1995)*, Memória de licenciatura orientada polo prof. Elías J. Torres Feijó, Facultade de Filología, USC, 1999.

SAMARTIM, R. L.I.: “Ideia de língua e vento português na Galiza do tardofranquismo: O caso de Galaxia”, *Agália* 83-84, 2005: 9-53.

SAMARTIM, R. L.I & CORDEIRO RUA, G.: “O Pensamento Cultural Galego em Referência a Portugal: Posição e Função de Ideias e Grupos no Tardofranquismo e na Transição”, in *O Pensamento Luso-Galaico-Brasileiro 1850-2000. Actas do I Congresso Internacional*, IN-CM, Lisboa, vol. 3, 2009: 171-196.

TARRÍO VARELA, A.: *Literatura galega. Aportacións a unha Historia crítica*, Xerais: Vigo, 1994.

TARRÍO VARELA, A.: “Literatura, nación y geografía: espacios culturales en la Galicia contemporánea (1840-1936)”, in Leonardo Romero Tobar (ed.), *Literatura y nación: la emergencia de las literaturas nacionales*, Prensas Universitarias de Zaragoza: Zaragoza, 2008: [245]-273.

TORRES FEIJÓ, E. J.: “Norma lingüística e intersistema cultural: o caso galego”, in Juan M. Carrasco González; M. Jesús Fernández García & M. Luísa Trindade Madeira Leal (eds.), *Actas del Congreso Internacional de Historia y Cultura en la Frontera - 1er Encuentro de Lusitanistas Españoles*, Universidad de Extremadura: Cáceres, vol.2, 2000: 967-996.

TORRES FEIJÓ, E. J.: “Contributos sobre o obxecto de estudo e metodoloxía sistémica: Sistemas literarios e literaturas nacionais”, in Anxo Abuín & Anxo Tarrío (eds.), *Bases metodolóxicas pra unha historia comparada das literaturas da península ibérica*, USC: Santiago de Compostela, 2004: 423-444.

VAN REES, C.: “Advances in the Empirical Sociology of Literature and the Arts: The Institutional Approach”, *Poetics* 12, 1983: 285-310.

VAN REES, K. & DORLEIJN, G. J.: “The eighteenth-century literary field in Western Europe: The interdependence of material and symbolic production and consumption”, *Poetics* 28, 2001: 331-348.

VARELA, J.L.: “Introducción literaria”, in Ángel Cabo Alonso; José Filgueira Valverde; José Luis Varela & Manuel Chamoso Lamas, *Galicia*, Fundación Juan March / Noguer: Madrid / Barcelona, 1976.

VÁZQUEZ CUESTA, P.: “Literatura gallega”, in José María Díez Borque (ed.), *Historia de las literaturas hispánicas no castellanas*, Taurus: Madrid, 1980: 619-896.

VILAVEDRA, D.: *Historia da literatura galega*, Galaxia: Vigo, 1999.

VILLANUEVA PRIETO, D.: “Presentación”, in Darío Villanueva Prieto & Mercedes Brea (coords.), *Galicia. Literatura. La Edad Media*, Hércules Ed.: Corunha, vol. 30, 2000.